

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**AVALIAÇÃO**  
**DAS**  
**METAS FISCAIS**

**2º QUADRIMESTRE DE 2018**

## 1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2018, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão do Andar Superior da Prefeitura.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

#### 2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 45.152.230,94, para uma previsão anual de R\$ 63.018.054,24.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2018, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>70.025.667,24</b>	<b>50.107.448,69</b>	<b>71,56%</b>
Impostos, Taxas e Contribuição Melhoria	8.148.000,00	5.940.397,11	72,91%
Receita de Contribuições	750.000,00	425.911,88	56,79%
Receita Patrimonial	521.750,00	969.950,92	185,90%
Receita de Serviços	1.285.700,00	817.419,28	63,58%
Transferências Correntes	59.227.917,24	41.870.239,48	70,69%
Outras Receitas Correntes	92.300,00	83.530,02	90,50%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	0,00	0,00	0,00%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>573.289,26</b>	
Alienação de Bens	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	25.308,41	
Transferências de Capital	0,00	531.120,00	
Outras receitas de capital	0,00	16.860,85	
<b>TOTAL</b>	<b>70.025.667,24</b>	<b>50.680.737,95</b>	
<b>( - ) Dedução para o FUNDEB</b>	<b>7.007.613,00</b>	<b>4.756.552,66</b>	<b>67,88%</b>
<b>( - ) Outras Deduções da Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>771.954,38</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>63.018.054,24</b>	<b>45.152.230,91</b>	<b>71,65%</b>

### 2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 39.822.770,28, que corresponde a 58,01% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>62.429.048,56</b>	<b>38.603.250,27</b>	<b>96,94%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	34.253.403,00	21.190.610,84	53,21%
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	28.165.645,56	17.412.639,43	43,73%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.867.607,88</b>	<b>1.219.520,01</b>	<b>3,06%</b>
Investimentos	5.867.607,88	1.219.520,01	3,06%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00%
Res. Contingência	349.037,11	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>68.645.693,55</b>	<b>39.822.770,28</b>	<b>100,00%</b>

### 2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 45.152.230,91 com a despesa liquidada, R\$ 39.822.770,28, temos um superávit orçamentário de R\$ 5.329.460,63.

## **2.2 PODER LEGISLATIVO**

### **2.2.1 DESPESA**

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 379.026,37, que corresponde a 48,13% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

<b>CATEGORIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>760.500,00</b>	<b>379.026,37</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	656.500,00	362.683,02	95,69%
Outras Despesas Correntes	104.000,00	16.343,35	4,31%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>27.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Investimentos	27.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>787.500,00</b>	<b>379.026,37</b>	<b>100,00%</b>

### **2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS**

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 44.179.809,54. Ou seja, o limite máximo seria R\$ 2.061.724,45, até o mês de agosto, com um duodécimo de R\$ 257.715,56.

Comparando com a despesa liquidada, até o mês de agosto, houve uma economia de R\$ 1.682.698,08 em favor dos cofres municipais.

## **2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

### **2.3.1 RECEITA**

A receita total realizada, no exercício, foi de R\$ 7.390.041,45, para uma previsão de R\$ 13.404.800,00. Ou seja, a receita realizada, até o quadrimestre, corresponde a 55,13% da previsão inicial.

### **2.3.2 DESPESA**

A despesa realizada pelo Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 3.421.254,31, que corresponde a 25,52% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

<b>CATEGORIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>4.811.000,00</b>	<b>3.421.254,32</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.651.000,00	3.374.354,52	98,63%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	160.000,00	46.899,80	1,37%
<b>Res. RPPS + Res. Contingência</b>	<b>8.593.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.404.800,00</b>	<b>3.421.254,32</b>	<b>100,00%</b>

### **2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 3.968.787,12.

### 3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

#### 3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL apurado no mês de AGOSTO/2018 é de R\$ 68.000.845,99.

#### 3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 32.967.825,58, valor este que corresponde a 48,51% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitou tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



### **3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO**

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 546.234,10, valor este que corresponde a 0,80% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

### **3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -**

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município não possui valores inscritos na Dívida Consolidada.

### **3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS**

O Município não teve despesas com amortização, juros e encargos da Dívida.

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

### **3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Não foi realizada nenhuma operação de crédito.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16%.

### **3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% e houve a aplicação de 22,64% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% e foram aplicados 28,65%, no mesmo período.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O comportamento da receita, verificado no primeiro quadrimestre, indica que o orçamento será realizado em 2018. Esse indicativo pode ser percebido, principalmente no que diz respeito às transferências recebidas da União e do Estado.

Quanto ao cumprimento dos limites da LRF e da Constituição Federal, o Município tem atendido a esses limites.

**PREFEITO: ORLANDO TEIXEIRA DOS SANTOS SOBRINHO**

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA: ROSELI WEILER FIUZA**

**CONTADOR: JUARÊS LUÍS DA SILVA**

**Três Coroas, 24 de setembro de 2018.**